



## **Veredas atemática**

### **Volume 19 nº 2 – 2015**

---

#### **Operação sanguessuga, operação castelo de areia e operação sexto mandamento: meras designações ou verdadeiras caixas de pandora?**

Márcia Ananda Soares Siqueira de Sousa (UFC)  
Silvana Maria Calixto de Lima (UESPI/UFC)

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é fazer a análise de expressões linguísticas designativas de operações da Polícia Federal em exemplares de textos/discursos pertencentes aos gêneros comentário, postagem do *twitter* e artigo de opinião. Para tanto, pautamo-nos em reflexões teóricas advindas de uma interface entre a Linguística de Texto e a Linguística Cognitiva. Da primeira, consideramos as noções de encapsulamento (CONTE, 2003; SOUSA, 2012; LIMA, 2013) e introdução referencial (CAVALCANTE, 2003, 2004, 2011) e, da segunda, os Modelos Cognitivos Idealizados (LAKOFF, 1987). Os resultados da análise corroboram nossa hipótese de que tais expressões podem funcionar como introduções referenciais com função encapsuladora.

Palavras-chave: encapsulamento; introdução referencial; designações de operações policiais.

#### **Introdução**

O mecanismo linguístico do encapsulamento, em Conte (2003) e Francis (2003), é entendido como uma paráfrase resumitiva de informações precedentes e/ou consequentes do texto, o que lhe garante referência mais comum de encapsulamento anafórico. Tal noção vem sendo (re)discutida em estudos de Lima (2013) e Sousa (2012) a partir do trato do processamento referencial de expressões que designam operações desencadeadas pela Polícia Federal. A partir desses estudos, as autoras trabalham com uma noção de encapsulamento que

não se restringe a retomada de porções cotextuais, mas que leva em conta também o processamento de estruturas cognitivas.

É, nesse viés, que buscamos neste trabalho construir argumentos que sustentem nossas conjecturas de que, em contextos discursivos específicos, referentes, materializados como expressões designativas de operações da PF assumem, simultaneamente, as funções de empacotar/encapsular informações que revelam o teor da operação e introduzir novos referentes na cadeia textual/discursiva, o que nos proporciona a validação da hipótese de que tais referentes podem funcionar como *introduções referenciais com função encapsuladora*<sup>1</sup>.

Para isso, partimos da análise referencial de três ocorrências linguísticas designativas de operações da PF (Operação Sanguessuga, Operação Castelo de Areia e Operação Sexto Mandamento) em textos/discursos pertencentes aos gêneros comentário, postagem do *twitter* e artigo de opinião, os quais foram divulgados durante todo o transcorrer das operações ("batismo" - deflagração - desdobramentos). Importante se faz salientar que aqui nossas análises são erigidas sob uma interface entre a Linguística de Texto e a Linguística Cognitiva.

Do ponto de vista composicional, o presente artigo delinea-se da seguinte forma: após esta introdução, discorreremos acerca das noções de encapsulamento e introdução referencial, a fim de situá-las no âmbito dos estudos em referenciação; em seguida, apresentamos a análise dos dados e, então, as considerações a que chegamos.

## 1. O encapsulamento

No âmbito das funções das expressões referenciais na construção textual-discursiva, enfatizemos em função de nossas pretensões neste trabalho a noção de encapsulamento, a qual será apresentada a partir de duas concepções, a saber: aquela dita como consensual pela Linguística de Texto, em que uma dada expressão anafórica assume o papel de sumarizar porções cotextuais e outra apontada em Lima (2013) e Sousa (2012) de que esse fenômeno pode ocorrer e ser explicado a partir da recorrência a estruturas cognitivas que organizam nosso conhecimento. É nessa concepção última de encapsulamento que ancoramos as análises aqui realizadas, as quais creditam a instauração de uma subcategoria de introdução referencial pautada em aspectos de ordem cognitivo-discursiva. Adentremos, então, ao trato dessas duas noções de encapsulamento, iniciando por aquela já arraigada no cerne da Linguística de Texto.

Cavalcante (2003), seguindo o rastro de Conte (2003) e Francis (2003), concebe o encapsulamento anafórico como o resumo de porções textuais, *empacotado* numa expressão referencial, podendo esta ser um sintagma nominal ou um pronome, em geral, demonstrativo. Convém esclarecer que a abordagem desse fenômeno textual-discursivo, em Conte (2003) e Francis (2003), difere essencialmente em termos designativos. Isso porque aquilo que a primeira concebe como *encapsulamento anafórico* a segunda designa como *rótulo*. Assim, no dizer de Conte, o encapsulamento anafórico é

---

<sup>1</sup> Ao promover uma descrição das diferentes formas e funções das introduções referenciais, Silva (2013) concebe a categoria "introdução referencial encapsuladora", mas numa perspectiva textual-discursiva, diferentemente da proposta aqui desenvolvida.

uma anáfora lexicalmente baseada, construída com um nome geral (ou um nome avaliativo, um nome axiológico) como núcleo lexical e revela uma clara preferência por um determinante demonstrativo. (...) é um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto. Esta porção de texto (ou segmento) pode ser de extensão e complexidade variada (um parágrafo inteiro ou apenas uma sentença) (CONTE, 2003, p. 178)

Em nível de exemplificação, a referida autora apresenta a expressão *esta situação*, no exemplo seguinte, como um encapsulamento anafórico, visto que essa expressão resume uma porção textual.

(1) Hoje, todos os melhores espaços produtivos estão ainda na mão da velha estrutura do estado. Levará tempo para mudar *esta situação*. (CONTE, 2003, p. 178)

Para a autora, ocorrências dessa natureza diferem dos exemplos padrão de anáfora, porque podem ser apontadas as seguintes particularidades: a) os referentes das expressões nominais não são indivíduos, mas entidades de ordem superiores como estados de coisas, eventos, situações, fatos entre outros; b) o antecedente não é propriamente delimitado no texto, devendo esse ser (re)construído pelo leitor/ouvinte.

Já para Francis (2003), os rótulos funcionam como conectores e organizadores do discurso escrito, tendo como principal traço definidor a exigência de lexicalização cotextual, a qual pode se realizar tanto catafórica quanto anaforicamente, sendo estes, portanto, nomeados de rótulos prospectivos e rótulos retrospectivos. Observe-se, em (2), um caso em que o rótulo “duas razões” tem a função de organizador, já que carrega para o próximo tópico todo o conteúdo encapsulado pela expressão.

(2) Eu sei que aproximadamente 12 por cento da população é canhota. Por que, então, deve existir uma predominância tão grande de jogadores de golfe destros que, eu me informei, se estende também aos tacos? Em resposta a esta indagação, um colega meu, jogador de golfe, apresentou *duas razões*. A primeira foi que os iniciantes normalmente começam com tacos que foram herdados de outras pessoas, que são, em geral, destros. A segunda foi que, por motivos técnicos, as pessoas canhotas tornam-se bons jogadores de golfe com a mão direita. (FRANCIS, 2003, p. 192-193).

Enquanto Conte (2003) e Francis (2003) categorizam o tipo de ocorrência descrito nos dois últimos exemplos de forma diferenciada, Zavam (2007) defende o argumento de que ao se falar de “encapsulamento anafórico, rótulo e anáfora encapsuladora” está se falando de um mesmo fenômeno textual/discursivo, o de sumarizar elementos precedentes ou não de um texto, os quais são apresentados na forma de expressões nominais e transformados

discursivamente em objeto de discurso. A autora desenvolve essa noção fundamentada em duas particularidades aspectuais:

Primeiro, o fato de que os exemplos dados para ilustrar o encapsulamento se prestariam à ilustração do rótulo, [...]; segundo, o fato de ambos apontarem funções comuns aos fenômenos tratados distintivamente, quais sejam, a de funcionar “como um princípio organizador na estrutura discursiva” e “interpretar um parágrafo precedente e funciona [r] como ponto de início para outro” (CONTE, 2003, p.184), e a de “conectar e organizar o discurso escrito” e “ter claramente um papel organizador que se estende para o todo do próximo parágrafo” (FRANCIS, 2003, p.193) (ZAVAM, 2007, p. 131)

A respeito dessa diferença terminológica, concordamos com Cavalcante (2003) e Zavam (2007), que adotam a postura de simplificação da designação do fenômeno do encapsulamento anafórico. Nesse contexto, interessa-nos a posição consensual de que um encapsulamento anafórico acontece sempre que uma porção textual for de fato sumarizada ou rotulada.

Conforme vimos desenhando, nossa atenção, neste trabalho, está voltada à noção de encapsulamento, desenvolvida em Lima (2013) e Sousa (2012), que consideram para tal construção não somente a materialidade textual/discursiva, mas principalmente questões de ordem cognitiva. Para uma melhor compreensão desse tipo de processamento, recorreremos ao exemplo (3), analisado em Lima (2013, p. 122)

(3) A ministra Laurita Vaz, do STJ, concedeu liminarmente determinação para suspensão dos interrogatórios de pessoas investigadas pelo Procurador Regional da República da 1ª região em desmembramento da *Operação Caixa de Pandora*. (Disponível em <http://www.migalhas.copm.br/Quentes>)

Segundo a autora, o termo “operação”, concebido como um evento, estrutura-se cognitivamente por um *script*, o qual, no dizer de Feltes (2007), constitui-se como um conjunto de inferências pré-organizadas referentes a uma dada situação rotineira. Nesse *script*, portanto, há a presença de vários elementos e uma sequência de acontecimentos que englobam desde “a estrutura da operação (participantes, alvo, estratégias) até a sua deflagração (cumprimento de prisões) e divulgação (resultados da operação)”, conforme Lima (2013, p. 123). Para ela, esse modelo cognitivo, assim como outros (e.g.: metafóricos, metonímicos e *frames*), os quais são vistos sob a perspectiva da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados<sup>2</sup>, possibilita a conjectura de uma forma de “encapsulamento” de informações no nível das estruturas e do funcionamento cognitivo. No âmbito do processo de referência, a referida autora entende que sempre que é atribuída à Operação uma designação tem-se, então, a possibilidade de identificar, de forma contextual e particular, os elementos presentes em cada designação. Nesse sentido, “o nome da operação funciona como uma espécie de gatilho por meio do qual é possível acessar as informações encapsuladas,

<sup>2</sup> Consultar Lakoff (1987).

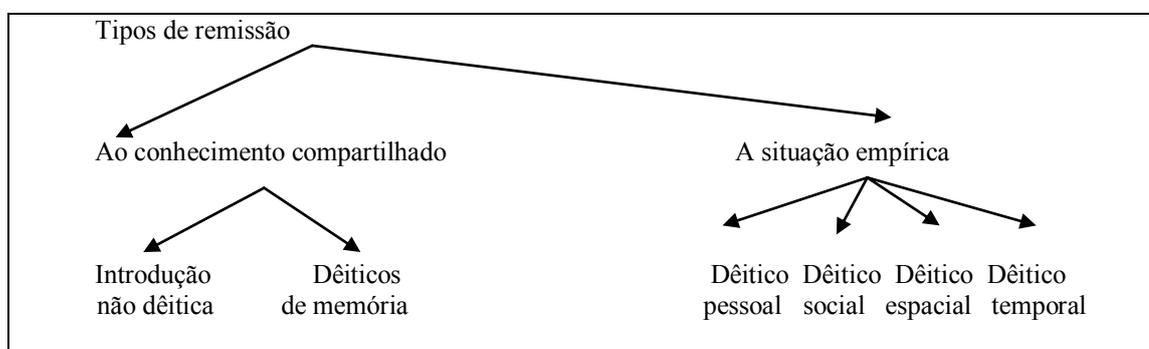
quando elas não se fazem presentes no texto”. (Lima, 2013, p. 123) Ou seja, o que, de fato, se considera como sendo informações encapsuladas por uma dada designação é aquilo que a particulariza (objetivos da investigação e o teor do crime investigado), a sua essência.

Com base na proposição de Lima (2013), ao que nos parece, uma visão de encapsulamento voltada apenas para o nível textual-discursivo não dá conta de descrições de outras ocorrências linguísticas que no processo de referenciação também se configuram como de caráter encapsulador, como é o caso das designações de operações policiais, como visto em (3). Assim, a descrição dos aspectos cognitivos que envolvem tal processo referencial, no caso específico do tipo de ocorrência eleito para esta investigação, pode ter desdobramentos outros, como também sinaliza a autora, no que diz respeito à configuração de uma nova categoria analítica no quadro das funções das expressões referenciais. Ademais, julgamos pertinente adiantar que o comportamento referencial das designações de operações policiais pode ser estendido a outras expressões em outros contextos discursivos, não sendo tal comportamento específico das expressões escolhidas para este estudo.

Nesse contexto, reiteramos o nosso objetivo de configurar uma subcategoria, a partir do quadro classificatório das expressões referenciais proposto no âmbito da LT, que abarque a função das designações de operações policiais no processo de referenciação, em contextos discursivos como os, aqui, analisados. É bom salientar, ainda, que a proposição dessa subcategoria de análise considerará as concepções sobre o encapsulamento ora apresentadas e também a noção de introdução referencial, a qual passa a ser discutida no próximo tópico.

## 2. Introdução referencial

Temos uma introdução referencial, conforme Cavalcante (2004, p. 2), “quando um objeto for considerado novo no cotexto e não tiver sido engatilhado por nenhuma entidade, atributo ou evento expresso no texto”. Atesta ainda a autora que a introdução de um novo referente em um texto vale-se de dois recursos fundamentais: a menção do referente por apelo à memória comum, sem que haja nenhuma marca dêitica de remissão ao conhecimento compartilhado (introduções referenciais não dêiticas) ou a expressão do referente “para remeter por meio de expressões indiciais, a uma das coordenadas dêiticas de pessoa (eu, você), tempo (hoje, amanhã), espaço (aqui, ali) ou memória dos interlocutores (naquele dia, essa história de...)” (CAVALCANTE, 2004, p. 2), sendo esse último caso, as introduções dêiticas. Nesses termos, vê-se, em Cavalcante (2004, p. 3), a seguinte disposição para as introduções referenciais:



Quadro 01: Classificação das introduções referenciais (adaptado de CAVALCANTE, 2004, p. 3)

Convém observar que as introduções referenciais puras definidas por Cavalcante (2003) passam, a partir deste trabalho, a ser tratadas unicamente de não dêiticas, mas essa nomenclatura tem oscilado em trabalhos recentes da autora (CAVALCANTE, 2011), em que geralmente se constata o uso da denominação introdução referencial pura. Além disso, o que muda da primeira para a segunda proposta é que a referida autora passa a trabalhar, como já mencionamos, com a concepção de componente dêítico, assumindo uma perspectiva mais pragmático-discursiva dos processos referenciais. Ademais, os dêíticos de memória passam a figurar, no gráfico acima, ao lado das introduções referenciais puras (não dêiticas), pela sua característica de remissão ao conhecimento compartilhado.

Sobre essa disposição, a autora garante que, sob outro prisma, pode-se dizer que

as introduções não dêiticas e as introduções por dêixis de memória apontam ambas em direção ao campo dêítico do conhecimento comum aos interlocutores, ao passo que as introduções por dêixis de pessoa, de tempo e de espaço remetem ao campo da situação empírica de fala. (CAVALCANTE, 2004, p. 3)

Essa separação parece ser justificada a partir do tipo de orientação que é dada ao coenunciador e, por assim dizer, aos sentidos licenciados por cada uma. A fim de discutir melhor esse aspecto, a autora diz que, se, em uma situação informal de comunicação, o seguinte comentário fosse proferido: “Esses internautas são todos desmiolados, sedentários e misantropos” (CAVALCANTE, 2004, p. 3) e a conversa prosseguisse de forma que houvesse a elaboração de argumentos para tal afirmação, nenhuma estranheza seria provocada, haja vista o uso do pronome demonstrativo “esses” passar a impressão de fácil acessibilidade, ainda que tal expressão venha a aparecer pela primeira vez no cotexto.

Ao considerar um tipo de remissão ao conhecimento partilhado, como é visto no quadro 01, a autora avança consideravelmente no refinamento de sua proposta de classificação das introduções referenciais. Contudo, ao que nos parece, essa sua conjectura apresenta ainda um nível de formulação bastante genérico para dar conta das particularidades do tipo de ocorrência investigado neste trabalho, o que veremos sequencialmente a partir das análises dos textos/discursos em que os referentes aparecem nas formas das expressões linguísticas “Operação Sanguessuga”, “Operação Castelo de Areia” e “Operação Sexto Mandamento”.

### **3. O caso das introduções referenciais com função encapsuladora**

Operação Sanguessuga, Operação Castelo de Areia, Operação Sexto Mandamento: meras designações ou *verdadeiras caixas de pandora*? Esse questionamento coloca mais uma vez em cena as discussões acerca do caráter encapsulador que as designações dadas às operações da Polícia Federal assumem nas práticas textual-discursivas.

Como assumimos, aqui, o pressuposto de que as palavras evocam modelos cognitivos e que tais modelos, em si mesmos, possuem uma ontologia que comporta o entendimento de

que já “abarcam/empacotam” uma determinada estrutura que pode ser evocada a partir de um nome de operação, por exemplo, é preciso deixar claro que tal pressuposto não pode ser visto de modo genérico (isso acontecer com todas as expressões referenciais igualmente, de modo que o encapsulamento seja concebido como uma propriedade geral da linguagem), pois não estamos tomando o rótulo “encapsulamento” de forma isolada e nem fora da atividade discursiva. O encapsulamento pode ser explicado na perspectiva assumida para este trabalho pela recorrência aos mecanismos cognitivos inerentes ao fenômeno, mas que não são explicitados sistematicamente pela Linguística de Texto. Dessa maneira, o que consideramos, nesse contexto, é uma noção de encapsulamento estendida a um nível cognitivo-discursivo, a qual considera um conjunto de elementos que contemplam desde a prática discursiva do “batismo” da operação até sua divulgação e consequentes desdobramentos, conforme sugestão de Lima (2013). Ademais, é importante reafirmarmos que, para as análises aqui empreendidas, valemo-nos das noções de *introdução referencial* (quando da inauguração de um novo objeto de discurso sem nenhuma âncora cotextual) e de *encapsulamento* (quando da extrapolação da materialidade discursiva). Assim, esclarecidas essas questões, passemos à análise dos textos/discursos a fim de elucidarmos o comportamento das expressões referenciais “Operação Sanguessuga”, “Operação Castelo de Areia” e “Operação Sexto Mandamento”<sup>3</sup>. Vejamos, portanto, o exemplo (4),

(4) Escrito por Prof. Amiraldo Quaresma – 25/10/2010

Roberto Góes foi mentir na rádio, mas não deu certo. A notícia, além de confirmada pela PF, está na Veja, na Folha e no UOL. Só não sei pq o esforço de desmentir a verdade. Será por medo de prejudicar a campanha de seu candidato nomeado por ato secreto assinado por Sarney, ligado a Waldez Góes e parentes presos pela PF? No palanque de seu candidato, além dele mesmo (cassado por seis vezes e duas vezes conduzido coercitivamente à PF), WG, Marília, há tb dois nomes ligados à **Operação Sanguessuga**. Esse é o palanque da mudança? Que mudança? Isso já não seria o suficiente p/ prejudicar uma campanha que se diz, que se vê como a “única” mudança?!?! Durma-se com um barulho desse! (Disponível em: <<http://www.lucianacapiberibe.com/2010/10/25/roberto-goes-foi-liberado-e-correu-para-dar-entrevista>> Acesso em: 8 dez. 2011)

De início, parece-nos conveniente comentarmos, ainda que sumariamente, sobre aquilo que particulariza a Operação Sanguessuga, a fim de entendermos melhor as relações construídas entre tal categorização e a própria operação da PF (todos os aspectos que integram esse tipo de evento). Nesses termos, figurando como parte das atividades realizadas por policiais federais, a Operação Sanguessuga ocupou-se em desarticular uma organização criminosa especializada na realização de crimes contra a ordem tributária e fraudes em licitações na área da saúde, em especial para a compra de ambulâncias. Participavam da quadrilha funcionários públicos que atuavam no Ministério Público da Saúde e na Câmara dos Deputados. Em se tratando de seu nome de batismo, diz-se que esse está metaforicamente relacionado à “sanguessuga”, expressão que, segundo o dicionário Aurélio, é vista sob duas

<sup>3</sup> Informações detalhadas acerca das Operações desencadeadas pela Polícia Federal estão disponíveis em: <http://www7.pf.gov.br/DCS/operacoes/indexop.html>

acepções, quais sejam, “verme do filo dos anelídeos que habita as águas doces e possui ventosas com as quais se liga aos animais a fim de sugar-lhe o sangue” e, ainda, numa conotação mais popular, diz-se daquele “indivíduo que explora financeiramente o outro”. Diante disso, observa-se que traços do domínio VERME-PARASITA são mapeados metaforicamente para a organização criminosa, uma vez que os envolvidos no crime agiam como verdadeiros “parasitas”, fazendo uso indevido de verbas que deveriam ser estendidas à promoção de benefícios sociais. Em termos de uma descrição das estruturas cognitivas da ocorrência linguística “Operação Sanguessuga”, temos na sua subjacência a metáfora PESSOAS SÃO ANIMAIS PARASITAS. Assim, traços do domínio-fonte ANIMAIS PARASITAS são mapeados para o domínio-alvo PESSOAS (criminosos investigados pela operação). No exemplo (4), portanto, a expressão referencial “a Operação Sanguessuga” encapsula aspectos referentes ao teor da operação, os quais não se encontram materializados na superfície textual/discursiva.

Considerando o referente “Operação Sanguessuga”, ainda no exemplo (4), é notório que não há no cotexto pistas que garantam ao leitor a possibilidade de acionar as informações “empacotadas” por tal expressão referencial, cabendo a ele o papel de, através da expressão “sanguessuga”, evocar a informação de que “sanguessugas” são os “investigados” e, que esses estão, por assim dizer, ligados à “exploração” e ao “desvio de verbas públicas”. Esse comportamento discursivo dá ao leitor condições de “(re)construir o sentido da operação, “encapsulado” na sua designação, sem necessariamente estar na dependência de que essas informações encapsuladas pelo nome da Operação estejam presentes no cotexto de uma determinada situação discursiva.” (Lima, 2013, p. 118). A par dessas informações, podemos construir o argumento de que o referente “Operação Sanguessuga” aparece pela primeira vez no texto/discurso, encapsulando elementos/informações acerca da operação, os quais podem ser ativados via processamento do modelo cognitivo metafórico que está na subjacência de sua designação. Tal comportamento possibilita categorizarmos, classificatoriamente, esse referente como *introdução referencial com função encapsuladora*.

Para essas análises, esclarecemos, não estamos considerando que o apelo ao conhecimento compartilhado não faça parte do processo de (re)construção do sentido da operação, haja vista o montante de informações já disponibilizadas no momento de divulgação desse texto/discurso (após desdobramentos da operação), mas não nos parece convincente dizer apenas que essas expressões possam ser enquadradas como introduções referenciais dêiticas que apontam para o conhecimento compartilhado, ao modo definido por Cavalcante (2004). Isso em razão de a própria designação guardar relações diretas com modelos metafóricos e/ou metonímicos, os quais, certa maneira, sustentam a essência da natureza da operação. Assim, compreendemos que quando um referente, homologado por uma expressão designativa de operação da PF, aparece pela primeira vez na cadeia textual/discursiva o processamento das estruturas cognitivas que lhe são subjacentes é necessário para que o leitor possa reconstruir informações relativas à operação e que são essenciais à construção dos sentidos. Diante disso, é necessário deixar claro, ainda, que a re(construção) desse processo, em maior ou menor grau, vai depender do nível de conhecimento partilhado dos interlocutores dos textos sobre as operações. Entretanto, é pouco provável que esse nível alcance um grau zero, pois, mesmo aqueles que não detenham nenhum conhecimento da operação, podem contar com a própria pista marcada pela expressão referencial “operação”, pois, muito provavelmente, terão a capacidade de recompor a estrutura do *script* evocado por essa expressão. Em outros termos, poderão alcançar o entendimento mínimo de que se trata da designação de um evento. Ainda que admitamos que

o processamento dessas expressões mantenha relações com informações disponíveis em enunciações anteriores, não nos parece provável que apenas essas sejam suficientes para que haja renovação de aspectos necessários à modelação dos sentidos. Ademais, não julgamos convincente dizer que os mapeamentos metafóricos e/ou metonímicos subjacentes às designações já possam ser vistos prontamente como convencionalizados e relacionados ao *frame* evocado pelas designações, já que a decifração desses não é dada em contextos discursivos outros em que essas designações aparecem.

Observemos que semelhante comportamento é assumido pela expressão “Operação Castelo de Areia”, em (5):

(5)



Figura 1: Postagem do *twitter*, capturada em *print screen*.

Se amparados pelas funções das expressões referenciais e suas consequentes classificações, conforme proposições de Cavalcante (2003; 2004), é possível dizermos que a expressão “Operação Castelo de Areia” aparece pela primeira vez no contexto e não remete a nenhuma âncora, o que lhe garante o estatuto de “introdução referencial”. Por outro lado, vemos que esse objeto de discurso, em função de o texto/discurso não apresentar pistas que ajudem o leitor a atualizá-lo, exige que esse mesmo leitor ative as informações organizadas a partir de estruturas cognitivas. Tal ativação apenas é possível se considerarmos que ao nome atribuído à operação subjaz uma motivação metafórica e/ou metonímica que contribui significativamente para a (re)construção da essência da operação, como já dissemos quando da análise em (4). Esse aspecto, conforme proposições deste trabalho, nos permite a afirmação de que, neste contexto discursivo, o referente “a Operação Castelo de Areia” encapsula os elementos que singularizam essa operação da PF e que, aqui, são essenciais para a construção dos sentidos. Do ponto de vista apenas cognitivo, temos na designação “Castelo de Areia” a sobreposição de estruturas metafórica e metonímica. Metafórica porque, considerando que, culturalmente, a noção de “castelo de areia” é geralmente atribuída a algo que assume uma “aparente” grandiosidade, tal como os crimes realizados no âmbito da construtora Camargo Corrêa, lugar onde agia a organização criminosa investigada por essa operação. Essa estrutura cognitiva se modela da seguinte maneira: “Castelo de areia” (domínio-fonte) = frágil/ passível de se desfazer a qualquer momento e a “organização criminosa” (domínio-alvo), daí podemos derivar a metáfora ORGANIZAÇÕES SÃO CONSTRUÇÕES. Além disso, o fato de a empresa Camargo Corrêa ser, especificamente, uma empreiteira explica, por assim dizer, a ativação do *frame* edificações a partir da designação Operação Castelo de Areia. Essa designação apresenta, simultaneamente, a metonímia PARTE PELO TODO, já que a construtora Camargo Corrêa pode ser entendida como o todo (o Castelo) e os crimes como as

partes. Esse processamento garante ao leitor uma (re)construção da essência da operação, o que nos permite nesse contexto discursivo atribuir ao referente “a Operação Castelo de Areia” a função de *introdução referencial com função encapsuladora*.

De modo semelhante, observa-se a ocorrência da expressão “a Operação Sexto Mandamento”, em (6), um fragmento de artigo de opinião escrito por Nelson Soares dos Santos, publicado em seu blog:

(6) No primeiro artigo que escrevi sobre **a Operação Sexto Mandamento** busquei sensibilizar, sobretudo, os formadores de opinião, para que utilizassem palavras de equilíbrio para tratar do assunto. Queria transmitir a ideia de que este tipo de operação é necessária, e precisava ser vista como natural, e não de forma espalhafatosa. (...) (Disponível em: <amigosdosabor.blogspot.com> Acesso em: 8 dez. 2011)

Antes de olharmos o funcionamento cognitivo-discursivo da expressão “a Operação Sexto Mandamento”, julgamos pertinente salientarmos que essa operação teve como propósito principal a desarticulação de uma organização criminosa com forte influência e de intimidação, sendo composta por policiais militares de Goiânia, das mais variadas patentes. Conforme investigações, essa organização tinha como atividade a prática de homicídios com a simulação de que os crimes foram praticados a partir de confrontos com as vítimas, dentre as quais estão crianças, adolescentes e mulheres, sem qualquer antecedente criminal. As investigações apontaram, ainda, o fato de que os criminosos agiam durante o horário de serviço e utilizavam os carros da corporação, de forma clandestina. Os acusados especializaram-se em ocultação de cadáveres. A Polícia Federal cumpriu 100% dos mandados de prisões, estando os presos enquadrados nos crimes de homicídio qualificado em atividades típicas de grupo de extermínio, formação de quadrilha, tortura qualificada, tráfico de influência, falso testemunho, prevaricação, fraude processual, ocultação de cadáver, posse ilegal de arma de fogo de calibre restrito, bem como ameaça a autoridades públicas, jornalistas e testemunhas.

Considerando os aspectos cognitivos que perpassam a construção da designação “Sexto Mandamento”, é possível dizer que essa é licenciada metonimicamente, uma vez que faz referência ao decálogo bíblico, cujo sexto mandamento é “Não matarás”. Temos, assim, a metonímia NOME DO MANDAMENTO PELO CRIME DE HOMICÍDIO INVESTIGADO PELA OPERAÇÃO. Numa análise mais acurada dessa expressão, já dita como licenciada por uma metonímia, podemos inferir também a metáfora PECADO É UMA DÍVIDA, corroborando o entendimento de que a Operação cumpre um papel relevante quando desmonta uma organização criminosa que precisa ser punida por atentar indiscriminadamente contra a vida humana. Agora, considerando o comportamento cognitivo-discursivo da expressão “a Operação Sexto Mandamento”, é observável que essa, assim como as anteriormente analisadas neste tópico, funciona como “introdução referencial”, em razão de não remeter a nenhuma âncora no contexto, inaugurando, assim, um novo objeto de discurso. Em contrapartida, essa mesma expressão referencial assume a função de “empacotar/encapsular” informações que podem ser ativadas via modelos metonímico e metafórico que licenciam o seu batismo como “Sexto Mandamento”, o que lhe confere o caráter de *introdução referencial com função encapsuladora*. Por oportuno, ratificamos o

posicionamento de que o tipo de ocorrência ora analisado não tem as suas particularidades devidamente explicitadas se abrigado sob o rótulo de *introdução referencial dêitica*, uma vez que a concepção dessa última categoria não alcança o nível de descrição aqui empreendido, o que de forma nenhuma invalida a sua aplicação em outros contextos discursivos que envolvam ocorrências de introdução referencial que possam apontar para conhecimentos compartilhados, conforme proposição de Cavalcante (2004).

A partir das análises aqui empreendidas vimos que, na atividade discursiva, expressões que designam operações policiais da PF podem assumir a função de introduzir um novo objeto de discurso ao tempo que abarcam informações que apenas são ativadas via processamento cognitivo, ou melhor, são ativadas a partir da inferência dos modelos cognitivos metonímicos e/ou metafóricos que instanciam a designação dada a uma operação da PF. Esse olhar nos permitiu, portanto, o desenho de uma nova subcategoria classificatória nos estudos em referenciação: *introdução referencial com função encapsuladora*.

Reiteramos que os comportamentos e, consequentes, classificações das expressões referenciais analisadas são modelados em consonância com os contextos discursivos em que se presentificam. Há, portanto, casos em que as funções referenciais se entrecruzam, isto é, se sobrepõem, haja vista, conforme proposição de Ciulla e Silva (2007), a possibilidade de as expressões referenciais se apresentarem de maneiras várias e fluidas.

Expostas essas questões acerca do funcionamento referencial de expressões designativas de operações da PF, podemos dizer que essas, sobremaneira, resguardam traços de “caixas de pandora”, não no sentido negativo dessa expressão, mas no sentido de que essas caixas são responsáveis por “esconder” aspectos que, quando desvelados, mostram o teor das operações que, na atividade discursiva, contribuem para a modelação de significações. Ou seja, as expressões referenciais designativas de operações policiais, aqui analisadas, quando vistas em contextos discursivos específicos, carregam/guardam, ou melhor, encapsulam informações processadas pelo leitor via estruturas cognitivas (MCI) e, ainda, introduzem novos referentes na cadeia textual-discursiva, o que lhes garante a categoria de *introduções referenciais com função encapsuladora*.

## **Considerações finais**

Ao promovermos uma análise do comportamento referencial de expressões designativas de operações da PF, com base na noção de encapsulamento discutida em Lima (2013) e Sousa (2012), vimos que, em contextos discursivos particulares, essas expressões, além de abarcarem/encapsularem informações que traduzem o teor da operação, podem assumir a função de introduzir novos referentes na cadeia textual-discursiva. Essa sobreposição de comportamento nos deu sustentação para a constituição de uma subcategoria das introduções referenciais puras ou não dêiticas, usando a nomenclatura de Cavalcante (2003; 2004): *introdução referencial com função encapsuladora*.

Esclarecemos, mais uma vez, que o reconhecimento do caráter encapsulador das expressões designativas de operações da PF aqui analisadas apenas é possível a partir de um trabalho com os processos cognitivos que residem na subjacência desse tipo de ocorrência linguística, o qual é viabilizado por meio da aplicação da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (TMCI), o que justifica a proposta de interface entre a Linguística de Texto e Linguística Cognitiva no desenvolvimento deste estudo. Isso porque, como vimos apontando, uma análise dessas mesmas ocorrências linguísticas feita em se considerando apenas a

perspectiva textual-discursiva não contemplaria as estruturas cognitivas que, *grosso modo*, escondem/abarcam/encapsulam muitas informações acerca de uma dada operação.

***Sanguessuga operation, castelo de areia operation and sexto mandamento operation: mere designations or real pandora's boxes?***

ABSTRACT: This paper aims at analyzing referential behavior of designative linguistic expressions of the Federal Police operations in copies of texts/discourses which belong to the comment, *twitter* posting and opinion article genres. To this end, we are based on theoretical reflections arising from an interface between Text Linguistics and Cognitive Linguistics. From the first one, we consider the notions of encapsulation (CONTE, 2003; LIMA, 2013; SOUSA, 2012) and referential introduction (CAVALCANTE, 2003, 2004, 2011) and, from the second one, the Idealized Cognitive Models (LAKOFF, 1987). The results of the analysis corroborate the validation of our hypothesis that such expressions can function as referential introductions with encapsulating function.

Keywords: encapsulation; referential introduction; designations of police operations.

### **Referências**

CAVALCANTE, M. M. *Expressões referenciais: uma proposta classificatória*. Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas, v. 44, p. 105-118, 2003.

\_\_\_\_\_. *Processos de referenciação – uma revisão classificatória*. IX ANPOLL, 2004.

\_\_\_\_\_. *Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CIULLA E SILVA, A. *Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos*. 2008. 201f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

CONTE, Maria-Elisabeth. Encapsulamento anafórico. Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante. In: CAVALCANTE, M. M.; BIASI-RODRIGUES, B.; CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 177-190.

FRANCIS, Gil. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante, Valéria Sampaio C. de Deus e Tathiane Paiva de Miranda. In: CAVALCANTE, M. M.; BIASI-RODRIGUES, B.; CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 191-228.

FELTES, Heloísa P. de M. *Semântica cognitiva: ilhas, pontes e teias*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

LAKOFF, George. *Women, fire and dangerous things*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LIMA, Silvana M. C. Operação Caixa de Pandora: o encapsulamento na referenciação de operações policiais. *Linguística e Literatura: percorrendo caminhos*. Teresina: EDUFPI, 2013.

SILVA, Franklin Oliveira. *Formas e funções das introduções referenciais*. 2013. 126f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

SOUSA, Márcia Ananda S.S de. *As designações de operações policiais no processo de referenciação: uma abordagem linguístico-cognitiva*. 2012. 118f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

ZAVAM, A. São axiológicas as anáforas encapsuladoras? In: CAVALCANTE, M. M.; COSTA, M. H. A.; JAGUARIBE, V. F.; CUSTÓDIO-FILHO, V. (Orgs.). *Texto e discurso sob múltiplos olhares: referenciação e outros domínios discursivos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

Data de envio: 26/05/2014  
Data de aceite: 27/02/2015  
Data de publicação: 23/04/2015